

Possibilidades de tratamento do tempo na geografia histórica: uma leitura a partir do território usado e da situação geográfica

Possibilities for Treating Time in Historical Geography: A Reading Based on Used Territory and Geographic Situation

Breno de Assis Silva Araújo 

Mestre em Geografia

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

breno.assis@educacao.fortaleza.ce.gov.br

Resumo

A Geografia Histórica constitui um campo de reflexão dedicado à compreensão do espaço geográfico como produto de processos sociais inscritos em múltiplas temporalidades, exigindo categorias analíticas capazes de articular, de forma indissociável, espaço e tempo. O artigo tem como objetivo discutir a articulação entre as categorias de território usado e situação geográfica como caminhos teórico-metodológicos para a pesquisa em Geografia Histórica. Metodologicamente, desenvolve-se uma reflexão de natureza teórica, fundamentada na revisão crítica de contribuições clássicas e contemporâneas da Geografia, com ênfase na problematização da periodização, da empiricização do tempo e da multiescalaridade dos fenômenos espaciais. A discussão evidencia que o território usado permite apreender o espaço como realidade histórica concreta, resultante da combinação entre objetos, ações e normas, enquanto a situação geográfica possibilita compreender as condições históricas específicas que conferem sentido e funcionalidade aos usos do território em determinados momentos. A articulação entre essas categorias amplia o potencial explicativo da Geografia Histórica ao permitir a leitura integrada de permanências, rupturas e reconfigurações espaciais, evitando abordagens fragmentadas ou meramente descritivas do passado. Conclui-se que o fortalecimento da Geografia Histórica depende da adoção de categorias sensíveis às múltiplas temporalidades e escalas do território, capazes de orientar análises críticas sobre a produção histórica do espaço geográfico.

Palavras-chave: geografia histórica; território usado; situação geográfica.

Abstract

Historical Geography constitutes a field of reflection devoted to understanding geographic space as the product of social processes inscribed in multiple temporalities, requiring analytical categories capable of articulating space and time in



<https://doi.org/10.28998/contegeo.11i.25.20535>

Artigo publicado sob a [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 26/01/2026

Aceito em: 06/04/2026

Publicado: 25/04/2026

e-Location: 20535

an inseparable manner. This article aims to discuss the articulation between the categories of used territory and geographic situation as theoretical and methodological pathways for research in Historical Geography. Methodologically, the study develops a theoretical reflection grounded in a critical review of classical and contemporary contributions in Geography, with particular emphasis on the problematization of periodization, the empiricization of time, and the multiscale nature of spatial phenomena. The discussion shows that the category of used territory makes it possible to apprehend space as a concrete historical reality, resulting from the combination of objects, actions, and norms, while the notion of geographic situation enables an understanding of the specific historical conditions that give meaning and functionality to territorial uses at particular moments. The articulation of these categories expands the explanatory potential of Historical Geography by allowing an integrated reading of continuities, ruptures, and spatial reconfigurations, thus avoiding fragmented or merely descriptive approaches to the past. It is concluded that the strengthening of Historical Geography depends on the adoption of categories sensitive to the multiple temporalities and scales of territory, capable of guiding critical analyses of the historical production of geographic space.

Keywords: historical geography; used Territory; geographical Situation

INTRODUÇÃO

A Geografia Histórica constitui um campo de reflexão no qual o espaço é compreendido como resultado de processos sociais inscritos em diferentes temporalidades. Mais do que uma reconstrução descritiva de formas pretéritas, trata-se de um esforço analítico voltado à compreensão das relações entre sociedade, técnica e território ao longo do tempo. Nesse sentido, o debate teórico-metodológico assume papel central, uma vez que é por meio das categorias analíticas que se tornam inteligíveis os usos históricos do espaço e as condições que os tornaram possíveis.

A problemática que orienta este artigo pode ser sintetizada na seguinte questão: de que maneira a articulação entre território usado e situação geográfica pode ampliar os caminhos de pesquisa no campo da Geografia Histórica? Ao enfrentar essa indagação, o texto propõe uma reflexão teórica que busca superar abordagens fragmentadas do espaço, reafirmando a necessidade de pensar o território como síntese histórica de ações e relações situadas.

É nesse horizonte que se insere o presente artigo, cujo objetivo consiste em discutir a articulação entre as categorias de território usado e situação geográfica como caminhos de pesquisa no campo da Geografia Histórica. Ao mobilizar essas

noções, busca-se contribuir para o aprofundamento das bases teóricas da disciplina, destacando seu potencial explicativo para a análise histórica do espaço geográfico. A proposta não é aplicar tais categorias a um recorte empírico específico, mas refletir sobre suas possibilidades analíticas, seus alcances e suas implicações para a construção do conhecimento geográfico.

A categoria de território usado, formulada no âmbito da Geografia crítica, permite compreender o território como uma realidade histórica concreta, constituída pela combinação entre objetos herdados, normas instituídas e ações sociais. Trata-se de uma noção que enfatiza o caráter dinâmico do espaço, entendendo-o como produto de usos sucessivos, desiguais e conflitivos. Ao incorporar o tempo como elemento constitutivo do território, essa categoria se mostra particularmente fecunda para a Geografia Histórica, na medida em que evidencia a coexistência de diferentes tempos no espaço.

Por sua vez, a ideia de situação geográfica remete às condições históricas específicas que conferem sentido e funcionalidade a um lugar em determinado momento. Ao considerar a posição relativa dos lugares no interior de totalidades mais amplas — sejam elas econômicas, políticas ou técnicas —, essa categoria permite compreender porque certos usos do território se realizam de uma forma e não de outra. A situação geográfica, portanto, não se reduz à localização, mas expressa um conjunto de relações que situam os lugares em redes de interdependência historicamente construídas.

Assim, ao longo do artigo, procura-se demonstrar que a Geografia Histórica se fortalece quando apoiada em categorias capazes de articular espaço e tempo de forma indissociável. A discussão aqui apresentada não pretende esgotar o debate, mas oferecer subsídios teóricos para pesquisadores interessados em compreender o espaço geográfico como construção histórica, marcada por permanências, rupturas e reconfigurações contínuas.

A Geografia Histórica como campo de pesquisa do “presente de então”

Enquanto campo de conhecimento no interior da ciência geográfica, a Geografia Histórica atravessou, ao longo de sua constituição, períodos alternados de reconhecimento e marginalização no debate acadêmico. O geógrafo Pedro Vasconcelos (2017) assinala que já nos escritos de Alexander von Humboldt,

especialmente nos volumes publicados a partir de sua viagem à América Latina em 1835, encontram-se reflexões que dialogam diretamente com questões próprias da Geografia Histórica. O autor destaca, ainda, a contribuição de outros considerados “pais fundadores” da Geografia para o debate entre tempo e espaço, Geografia e História, como Immanuel Kant, Karl Ritter, Friedrich Ratzel, Paul Vidal de La Blache, entre outros.

O entrelaçamento entre Geografia e História e a necessidade dos ajustes teórico-metodológicos para analisar fenômenos do passado – que em tese seriam de competência da História –, assenta-se na concepção de que as categorias de análise geográficas são atemporais e, por conseguinte, universais (Abreu, 2000). Assim, é perfeitamente concebível proceder estudos geográficos no pretérito, apenas ajustando metodologicamente a análise para examinar uma materialidade que não mais existe em sua totalidade (Abreu, 2000). Concorde-se com a concepção do professor Milton Santos (2006) de que a Geografia é uma ciência do presente. Não obstante, entende-se o presente como a apreensão de um tempo espacial, empiricizado pela união entre o fenômeno técnico e as relações sociais, sendo, nesse sentido, alcançável em qualquer temporalidade, desde que metodologicamente construída uma periodização coerente.

Conforme Marcelo Werner da Silva (2012), a pesquisa histórica dentro da Geografia deve seguir algumas etapas não imutáveis, mas indispensáveis, sendo elas: empiricizar o tempo e a idade dos lugares; construir as periodizações e os recortes temporais e delimitar o recorte espacial. Glauco Rodrigues (2019) acrescenta a esses passos a coleta de fontes e seu tratamento. Nesse sentido, coaduna-se com a perspectiva de Patrício Carneiro (2018), para quem os estudos de Geografia Histórica devem possuir indagações geográficas sobre o passado.

Alicerçado numa interpretação sincrônica-diacrônica da realidade, a pesquisa na Geografia Histórica deve, por um lado, visualizar mais superficialmente todo o processo ocorrido entre o período histórico analisado e, por outro, analisar recortes sincrônicos, ou “pedaços de tempo”, em determinados intervalos, possibilitando uma leitura esmiuçada. Desta forma, além de aprofundar-se em instantes específicos, busca-se empiricizar o tempo por meio da definição dos diferentes sistemas técnicos atuantes e seus respectivos eventos que garantem certa homogeneidade ao período estudado.

Na concepção de Maurício de Abreu (2000), principal referência na construção desse campo na Geografia nacional, a presença do tempo no núcleo da ciência geográfica não se trata de uma questão secundária, mas ontológica, pois remete à própria definição do que é a Geografia enquanto campo disciplinar. O autor relaciona esse debate ao processo de institucionalização da Geografia como ciência autônoma e ao problema clássico de sua relação — e diferenciação — em relação à História. Desde esse momento, a Geografia Histórica, enquanto domínio específico de pesquisa, passou a alternar entre momentos de maior aceitação e períodos de rejeição no interior da própria disciplina (Silva, 2012).

Esse embate manifestou-se de forma particularmente intensa na França, onde a Geografia buscava afirmar sua autonomia frente à História, já consolidada institucionalmente e que reivindicava para si o estatuto de ciência principal, relegando a Geografia à condição de disciplina auxiliar. Paradoxalmente, foi nesse contexto que a Geografia Histórica encontrou algumas de suas principais formulações e defesas, em grande medida influenciadas pela *École des Annales*, cuja crítica à História positivista abriu espaço para abordagens mais sensíveis à dimensão espacial do passado (Claval, 2014). Ainda assim, foi também nesse ambiente intelectual que se consolidou o entendimento de que a Geografia deveria se ocupar prioritariamente do presente.

O geógrafo francês Jean Brunhes expressava resistência à incorporação sistemática da abordagem histórica na Geografia regional francesa. Para esse autor, a tarefa fundamental da Geografia consistia em explicar o presente, cabendo à história apenas um papel subsidiário, limitado a um acompanhamento pontual da evolução da Geografia humana. Brunhes valorizava os chamados “fatos essenciais”, entendidos como fatos contemporâneos, reafirmando a Geografia como uma construção lógica voltada ao tempo presente (Abreu, 2000).

Ao longo do século XX, sobretudo a partir das transformações geopolíticas decorrentes da divisão entre economias liberais e países socialistas, a Geografia Histórica passou a se difundir em outras tradições acadêmicas, ao mesmo tempo em que se observou uma crescente valorização dos estudos voltados à contemporaneidade (Claval, 2014). Nesse contexto, destaca-se a produção intelectual francesa vinculada ao Collège de France, com autores como Auguste Longnon e Pierre Gourou; nos países anglo-saxões, sobressaem os aportes da Escola de

Berkeley, especialmente por meio da obra de Carl Sauer, principal referência da Geografia Histórica estadunidense (Pires, 2007).

Outra contribuição fundamental para o desenvolvimento da Geografia Histórica foi apresentada pelo britânico Henry Clifford Darby (1909–1992). Para Darby, seria possível estabelecer três formas distintas de articulação entre Geografia e História. A primeira corresponderia à Geografia como pano de fundo da História, na qual os acontecimentos históricos assumem protagonismo. A segunda diz respeito à História situada por trás da Geografia, perspectiva que, segundo o autor, apresenta duas dificuldades centrais: a delimitação entre onde termina a Geografia e onde se inicia a História e o reconhecimento de que a paisagem resulta não apenas da ação da natureza, mas do acúmulo de intervenções de sucessivas gerações humanas. Por fim, a terceira possibilidade refere-se ao estudo das chamadas “geografias passadas” (Silva, 2012).

Nesse cenário, consolida-se aquilo que Abreu (2000) denominou de “ditadura do presente”, isto é, a concepção segundo a qual a análise histórica teria como finalidade exclusiva a compreensão do presente. Tal entendimento contribuiu para o empobrecimento do conhecimento geográfico acerca do passado, favorecendo a produção de estudos que, muitas vezes, se configuraram como uma “história geográfica”, isto é, abordagens que interpretavam o passado a partir de métodos e problemas próprios da História, e não da Geografia.

No contexto brasileiro, a Geografia Histórica, conforme argumenta Doralice Maia (2014), permanece como um campo ainda pouco reconhecido, embora venha passando por um processo de fortalecimento nos últimos anos. A consolidação desse campo tem ocorrido, entre outros fatores, pela criação e manutenção de Grupos de Trabalho em eventos como os Encontros Nacionais de Pós-Graduação em Geografia e os Simpósios Nacionais de Geografia Urbana, além da realização de encontros específicos dedicados à Geografia Histórica em âmbito nacional.

Maia (2014) chama atenção ainda para quatro equívocos recorrentes nos trabalhos desenvolvidos no campo da Geografia Histórica no Brasil. O primeiro refere-se à confusão entre Geografia Histórica e História do pensamento geográfico, sendo esta última uma abordagem de natureza epistemológica. O segundo equívoco está associado à ideia de que todo trabalho acadêmico que apresenta um resgate histórico inicial do tema ou objeto de estudo se configuraria automaticamente como pesquisa em Geografia

Histórica. O terceiro diz respeito à análise de processos passados a partir de um olhar ancorado exclusivamente no presente, sem o devido enquadramento espaço-temporal. Por fim, persiste a concepção de que a Geografia Histórica serviria apenas como instrumento para a compreensão da realidade contemporânea.

Com o objetivo de orientar metodologicamente os pesquisadores interessados nesse campo, Abreu (2000) sistematiza três princípios fundamentais para o estudo do passado. O primeiro diz respeito ao fato de que, embora as categorias de análise da Geografia sejam universais, as variáveis mobilizadas não o são, exigindo atenção à sua adequação aos contextos históricos analisados. O segundo princípio destaca a necessidade de compreender o “presente de então” por meio de ampla contextualização, o que implica investir tanto em pesquisa indireta — a partir da leitura da produção existente — quanto em pesquisa direta junto às diversas instituições de memória. O terceiro princípio enfatiza que as geografias do passado lidam não com o passado em si, mas com os fragmentos que dele restaram, sendo fundamental desconfiar dos documentos e vestígios, uma vez que não são neutros e carregam relações de poder, além de considerar aquilo que não deixou registros, mas que se supõe ter ocorrido.

O mesmo autor ressalta que analisar o passado não equivale a desvendá-lo plenamente, assim como não se alcança tal objetivo ao estudar a contemporaneidade. O essencial, nesse sentido, consiste em formular questões relevantes para a compreensão da sociedade e do espaço geográfico por ela produzido, independentemente do recorte temporal. Em consonância com essa perspectiva, Carneiro (2018) argumenta que o geógrafo histórico deve concentrar-se na análise das transformações espaciais ao longo do tempo, bem como investigar os motivos pelos quais determinadas heranças do passado permanecem ativas no presente.

Abreu (2000) sustenta, por fim, que a Geografia Histórica e seus princípios acabaram por constituir um “método” próprio, questionando, contudo, se esse não seria, em essência, o método da Geografia como um todo. Ao indagar se, à exceção da pesquisa direta em campo, as demais etapas metodológicas não seriam comuns à análise do presente e do passado, o autor aponta para a necessidade de compreender a Geografia Histórica como uma aplicação específica do método geográfico. Nessa perspectiva, a análise aqui desenvolvida se apoia no método da Geografia para a construção de uma leitura do passado que considere cada realidade em sua

conjuntura específica, evitando a simples transposição de categorias do presente para a interpretação de fatos pretéritos.

Periodizações e os mecanismos para a empiricização do tempo

O próprio Milton Santos, referência central dessa perspectiva, manifestava inquietação ao refletir sobre em que medida a Geografia Histórica seria capaz de apreender o passado quando não conseguisse demonstrar a coerência simultânea entre espaço e tempo, limitando-se a reunir momentos dispersos de uma mesma “flecha do tempo”. O risco, ou mesmo o “pesadelo”, residiria na dificuldade de discernir aquilo que, em determinado ponto do passado, constituía o então presente (Santos, 2006). Nessa direção, as contribuições de Santos (2006, 2014) e Abreu (1998, 2000), especialmente no que se refere ao recurso da periodização e à centralidade do fenômeno técnico como elemento fundamental para a empiricização do tempo, apresentam-se como noções estruturantes para esse campo da Geografia Humana.

O espaço geográfico pode ser compreendido como um acúmulo de tempos desiguais (Santos, 2006). Essa desigualdade decorre do fato de que, na escala do lugar, não existe um único tempo homogêneo, mas uma multiplicidade de temporalidades, como aquelas associadas às ações, aos sujeitos, aos objetos e aos distintos usos que deles se fazem. Essas temporalidades não se organizam de maneira linear ou sucessiva, mas coexistem de forma concomitante. Como afirma Santos (2006, p. 104), “pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia”, e não o tempo entendido como mera sucessão. Desse modo, o tempo sucessivo assume um caráter abstrato, enquanto o tempo simultâneo se apresenta como concreto.

Em consonância com essa interpretação, Maurício de Abreu ressalta que tais temporalidades simultâneas não se realizam de maneira abstrata, mas se manifestam sobre formas materiais e imateriais. O autor propõe, então, a existência de uma multiplicidade temporal resultante da intersecção entre três tempos distintos: o “tempo do mundo”, o “tempo do Estado-Nação” e o “tempo do lugar”. Por essa razão, cada lugar é, ao mesmo tempo, universal, particular e singular (Abreu, 2000).

O desafio que se coloca, portanto, é o de operacionalizar essa concretude do tempo em pesquisas que se debruçam, sobretudo, sobre contextos pretéritos. Conforme já assinalado, o fenômeno técnico surge como elemento capaz de conferir “empiricidade”

ao tempo. As técnicas permitem tanto a materialização do tempo quanto a qualificação da materialidade, uma vez que se organizam historicamente em sistemas e assumem características distintas conforme o período. Toda técnica, nesse sentido, encerra uma determinada concepção de tempo, ao mesmo tempo em que se apresenta como elemento indispensável para a construção de uma teoria do espaço (Santos, 2006).

Entretanto, é a partir do significado específico atribuído a cada fração do tempo que se estabelece o valor das coisas em um dado momento histórico (Santos, 2014). Torna-se, assim, imprescindível definir com precisão o período ao qual se refere a análise, evidenciando o conjunto de técnicas e as relações sociais que configuram determinado enquadramento espaço-temporal, condição necessária para se falar, de fato, em um tempo empiricizado. Mas o que significa, afinal, empiricizar o tempo? Em termos essenciais, trata-se de formular perguntas adequadas ao período investigado.

Diante disso, impõe-se a definição de um ponto de partida. Para Santos (2006), esse ponto é a sociedade humana em permanente processo de realização, materializando-se sobre a concretude do espaço, de seus tempos, ações e formas. É nesse contexto que a periodização emerge como prática indispensável para a construção de um “tempo espacial” e para a superação de uma concepção linear da história. Como afirma o autor, “tempo é espaço e espaço é tempo. Para serem trabalhados em conjunto e de forma concreta, têm que ser empiricizados, e tal empirização é impossível sem a periodização” (Santos, 2014, p. 92). Para tanto, faz-se necessário considerar simultaneamente o eixo das sucessões (diacronia) e o eixo das coexistências (sincronia), cuja intersecção dá origem aos diferentes períodos históricos (Silva, 2012).

Esses eixos, contudo, não devem ser entendidos como independentes. Ao contrário, constituem dimensões complementares, de modo que a lógica diacrônica não se sustenta sem o enquadramento dos períodos sincrônicos, assim como estes não podem ser explicados ignorando-se a sucessão histórica. Do ponto de vista metodológico, essa distinção opera sobretudo como um recurso analítico mobilizado pelo pesquisador a partir da realidade concreta investigada.

Além disso, a periodização remete necessariamente à consideração de outro par analítico fundamental: regimes e rupturas. O regime histórico, sob essa ótica, corresponde ao funcionamento relativamente articulado de um conjunto de variáveis ao longo de um determinado intervalo de tempo. Em outras palavras, “o que lhes permite trabalhar, isto é, funcionar em conjunto, é a existência de uma organização

que mantém as coisas durante um certo período de tempo, funcionando de uma dada maneira, apesar do movimento real da sociedade” (Santos, 2014, p. 91–92).

Quando essa organização deixa de operar de forma eficaz e as variáveis passam a indicar um processo de reorganização, configura-se uma ruptura, abrindo caminho para um novo período histórico. Esse novo período tende a incorporar elementos do anterior, ao mesmo tempo em que acrescenta novas formas e expressões ao sistema social. Compreender as rupturas exige apreender os eventos, uma vez que, em última instância, a transição entre períodos é frequentemente marcada por um evento ou por um conjunto de eventos que se articulam como um único acontecimento (Santos, 2006).

Todo evento se realiza como presente, seja ele um presente passado ou o presente atual, sem que isso implique necessariamente instantaneidade. Nesse sentido, apresenta dois tipos de duração: uma duração natural, decorrente de sua própria natureza, e uma duração organizacional, exemplificada pelas normas que podem interferir em sua extensão cronológica (Silva, 2012). Mais do que isso, o evento assume centralidade por marcar a passagem entre períodos distintos. Assim, o tempo que interessa à análise não coincide obrigatoriamente com o tempo histórico convencional, cabendo ao pesquisador definir os recortes temporais em função de suas questões e de seu objeto de pesquisa.

Conhecer o tempo sincrônico torna-se fundamental para distinguir um período de outro. Há uma sincronia na ação dos diversos vetores e, apesar da diversidade temporal, as ações se realizam conjuntamente em seu tempo próprio (Santos, 1994). É nesse conjunto que se verifica o tempo empírico, dotado de sentido apenas no interior de uma temporalidade específica. Desse modo, a periodização deve ser sistematicamente perseguida e operacionalizada, a fim de atribuir valor adequado aos sistemas técnicos, aos eventos e às relações sociais de determinado período.

A concepção de periodização adotada neste trabalho encontra respaldo na formulação de Roberto Lobato Corrêa (2011), que a define como uma construção intelectual elaborada pelo pesquisador com o objetivo de tornar apreensíveis determinados tempos históricos de uma sociedade em movimento. O processo de periodização, assim como a definição dos recortes espaciais, deve ser sempre acompanhado de justificativas claras e explicitadas de forma rigorosa.

O tempo cronológico, entendido de maneira linear, não coincide necessariamente com o tempo histórico. Dessa forma, cabe ao pesquisador delimitar seus recortes temporais à luz de suas questões de pesquisa e de seu objeto analítico (Rodrigues, 2019). É nesse sentido que se explicam as diferenças de duração entre os períodos, alguns mais extensos e outros mais breves, uma vez que “a duração diferenciada dos períodos deriva de que a combinação específica de processos e formas que os caracteriza contém as distintas temporalidades de cada processo e forma” (Corrêa, 2011, p. 604).

Retomando o que foi discutido anteriormente, reforça-se que o elemento central na construção das diferentes periodizações deve ser o problema de pesquisa, e não o recorte temporal em si. Como destaca Rodrigues (2019, p. 4), “[...] a escolha a priori de um determinado recorte temporal em si, não coloca, de forma clara e explícita, uma questão ou um problema. Daí a importância de se delimitar explicitamente uma questão de pesquisa [...]”.

Além disso, Rodrigues (2019) enfatiza a necessidade de “especializar” as periodizações, ou seja, de considerar os chamados “complexos espaço-tempo”. Isso implica não apenas recortar o tempo histórico, mas também identificar os recortes espaciais analisados e a multiescalaridade dos fenômenos envolvidos. Torna-se necessário identificar cada elemento constitutivo do objeto de estudo e traçar seus respectivos feixes espaço-temporais, até que todos convirjam para a constituição do “complexo espaço-tempo” central da pesquisa.

Compreende-se, portanto, que a periodização deve partir do território, uma vez que este não se configura como mero palco das ações sociais, mas como instância ativa quando analisado a partir de seus usos, mais especificamente do território usado (Santos, 1999).

O território usado: cerne do pensamento e investigação

O uso da categoria analítica do território usado tem entre seus precursores o geógrafo francês Jean Gottmann, cuja obra contribuiu significativamente para a transformação da forma como o território passou a ser apreendido enquanto conceito. Para Gottmann (2012), trata-se de uma noção que possui, simultaneamente, natureza geográfica e política e avança ao propor que o território possa ser apropriado de duas maneiras fundamentais: como abrigo ou como recurso. Na leitura de Milton Santos e

Maria Laura Silveira (2006), o primeiro corresponde ao chamado “espaço banal”, isto é, aquele utilizado cotidianamente por todos que nele vivem, enquanto o segundo expressa a intencionalidade dos agentes hegemônicos, que reconhecem o território como meio para a realização de interesses específicos.

A ação política, nesse contexto, define a combinação de técnicas que se materializam em determinada porção do território, ao mesmo tempo em que expressa escolhas realizadas a partir das possibilidades existentes em um dado momento histórico. A ação técnica, por sua vez, revela como os objetos podem ou puderam ser utilizados. O fenômeno técnico assume, assim, o papel de conteúdo do território usado, sendo tanto a ação quanto o resultado decorrentes da acumulação de tempos sucessivos (Silveira, 2008).

A transformação do território, analisada a partir de seus usos e orientada pela periodização adotada, ocorre pela busca dos contextos e das variáveis que conformam uma situação específica, sempre historicamente datada. Em cada período, torna-se necessário identificar tanto os elementos de novidade quanto as heranças do passado. Sob essa perspectiva, o território se apresenta simultaneamente como unidade e diversidade, constituindo-se como pano de fundo das diferentes etapas da história humana (Santos; Silveira, 2006).

Além disso, o território, em Santos (2014), é compreendido como condição para ações sociais futuras no decorrer do tempo histórico. O uso do território é definido pela introdução de infraestruturas mediadas pela técnica, o que pressupõe o conhecimento prévio da configuração territorial existente. De modo geral, a configuração territorial corresponde à disposição dos objetos geográficos presentes na superfície terrestre, sejam eles naturais, como rios e planaltos, ou artificiais, como estradas e edificações.

A relevância de apreender a configuração territorial — enquanto condição de uso — reside em sua capacidade de influenciar os rumos da apropriação do território, uma vez que esta se insere em um fazer político marcado por intencionalidades. Os agentes hegemônicos buscam exercer poder sobre o território com base na compreensão dessa organização espacial, reconhecendo-o fundamentalmente como recurso (Santos, 2006).

A categoria território usado conduz, assim, a duas leituras interdependentes de sua constituição: de um lado, a das materialidades inscritas na própria configuração

territorial; de outro, a das imaterialidades associadas às ações políticas. Interpretar o território usado implica, portanto, analisar os objetos presentes no espaço e o contexto histórico e político de sua implantação (Pereira, 2019). Compreender o uso do território significa, nesse sentido, apreender de forma ampliada a instalação de infraestruturas — como a estrutura ferroviária e outras mediações técnicas —, sem desconsiderar o caráter imaterial desse processo e sua articulação com dimensões mais amplas da realidade social.

Podem-se identificar, ainda, duas tendências complementares no uso do território: uma de natureza técnica, expressa pela implantação de infraestruturas e dos sistemas de engenharia; e outra relacionada à ação, materializada no cotidiano social e nas diferentes instâncias da sociedade. Longe de serem independentes, essas tendências se articulam de forma indissociável. As técnicas se tornam território ao se incorporarem ao solo, da mesma forma que as ações transformam e estruturam o território ao se materializarem (Santos; Silveira, 2006).

Silveira (2008) converge com essa interpretação ao afirmar que normas, ações e técnicas constituem os elementos fundamentais do território usado. “É desse modo que se pode dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações” e das normas, que também se apresentam como técnicas, isto é, técnicas normatizadas (Santos; Silveira, 2006, p. 248).

O território usado funciona, assim, como princípio e como molde para as materialidades que se sobrepõem ao longo do processo histórico (Silveira, 2008). Diante do peso da história sobre os usos do território, torna-se imprescindível compreender o período em que se desdobram os empreendimentos técnicos e sociais. Em outras palavras, apreender concretamente o território usado exige o tratamento adequado do tempo, entendido como tempo empírico.

Destarte, a identificação e a compreensão dos usos que se materializam a partir do território, bem como dos eventos que os qualificam, conduzem necessariamente à consideração das diversas escalas que atravessam um determinado fenômeno: do lugar, do país e do mundo. Entra, nesse contexto, a operacionalização da situação geográfica.

A situação geográfica como expressão singular do uso do território

Silveira (1999) propõe, para esse fim, o resgate do conceito de situação geográfica, não a partir da acepção da Geografia Clássica, mas mediante uma reformulação que a compreende em sua existência concreta. Para a autora, a articulação sinérgica de um conjunto de eventos realizados no lugar resulta na constituição de uma situação geográfica específica. Em suas palavras:

A situação decorreria de um conjunto de forças, isto é, de um conjunto de eventos geografizados, porque tornados materialidade e norma. Muda, paralelamente, o valor dos lugares porque muda a situação, criando uma nova geografia. Assim, ao longo do tempo, os eventos constroem situações geográficas que podem ser demarcadas em períodos e analisadas na sua coerência (Silveira, 1999, p. 22).

Em consonância com essa interpretação, os geógrafos Márcio Cataia e Luís Ribeiro (2015) sustentam que essa leitura renovada da situação geográfica é particularmente fecunda para analisar e articular diferentes variáveis, agentes e processos que se concatenam em múltiplos níveis. A partir dessa abordagem, torna-se possível construir uma síntese teórica das conexões entre o mundo, a formação socioespacial e o lugar, reconhecendo que o uso do território se realiza concretamente nos lugares. Os autores apontam ainda a situação geográfica como um recurso metodológico capaz de interpretar o espaço geográfico enquanto híbrido de materialidades e ações.

Conforme observa Paul Claval (2014), o debate em torno desse conceito remete às análises de posição desenvolvidas desde a institucionalização da Geografia no século XIX, por autores como Carl Ritter e Paul Vidal de La Blache. Nesse período, herdeiro da tradição da Geografia Clássica, a discussão se organizava em torno de duas vertentes principais: uma que enfatizava a influência da latitude e da longitude — a posição absoluta — e sua relação com os atributos físicos dos lugares; e outra que se debruçava sobre a posição relativa, isto é, a disposição dos lugares ou países em relação uns aos outros.

De todo modo, predominava uma perspectiva relacional na interpretação da posição de um determinado ponto. Contudo, essa leitura passou a ganhar relevo nos meios acadêmicos sob uma ótica fortemente naturalista, que associava as formas de vida e as atividades humanas aos atributos fisiográficos da superfície terrestre —

latitude, altitude, declividades, tipos de rocha, solos, relevo e hidrografia — entendidos como fatores que favoreciam ou limitavam o desenvolvimento populacional e produtivo (Claval, 2014).

Humboldt contribuiu para tornar essa dimensão natural da análise de situação mais precisa, ao mobilizar os recursos científicos disponíveis no final do século XVIII para compreender a espacialização dos fenômenos geográficos (Claval, 2014). Uma primeira ruptura com essa perspectiva ocorre com Carl Ritter, ao associar a análise de situação ao conceito de totalidade, conseguindo articular o particular ao todo e evidenciar os fenômenos em múltiplas escalas (Cataia; Ribeiro, 2015). É, entretanto, com La Blache e, sobretudo, com Ratzel que essa problemática ganha maior destaque.

Para Ratzel, existiriam três fatores político-geográficos fundamentais capazes de explicar as relações entre um povo e seu espaço: em primeiro lugar, e com especial destaque, a situação; em seguida, a extensão; e, por fim, as fronteiras. A situação seria uma característica de um lugar ou país quando comparado a outros. O autor exemplifica essa noção ao mencionar a Europa Central, marcada por uma situação medial, enquanto as porções Oeste e Leste da França apresentariam, respectivamente, situações litorâneas e continentais. A situação de um país indicaria, assim, sua inserção em determinada parte da superfície terrestre e as características naturais a ela associadas (Ratzel, 2021).

Consequentemente, Ratzel defendia a primazia hierárquica dos atributos físico-naturais do território em relação às características históricas e etnográficas. Sustentava, ainda, que os questionamentos analíticos deveriam partir das escalas mais amplas para as mais restritas, sem possibilidade de inversão desse percurso. Ratzel concentrava sua análise, predominantemente, na escala dos grandes territórios e dos Estados-nação. Para o geógrafo alemão, a situação resultava diretamente das características de um território em relação a outros (Claval, 2014).

Nesse entendimento, a situação configurava-se como um dos conceitos geográficos mais abrangentes e expressivos, por incorporar, além do tamanho e da forma, o “pertencimento”, a dependência recíproca em relação às áreas vizinhas e uma dimensão interacional entre os âmbitos físico e posicional (Pereira, 2021).

A situação assumiria relevância ainda maior no plano político-administrativo, por ser portadora de “conteúdo”. Em contextos de conquista territorial, por exemplo, adquirir-se-ia mais situação do que propriamente extensão territorial, uma vez que “a

situação não pode ser separada do território de uma nação. Não apenas pelas razões já mencionadas, mas também por outras: como elemento complementar necessário da descrição e de uma fiel estimativa do peso político de um país” (Ratzel, 2021, p. 3).

Claval (2014) observa que a concepção de espacialidade vinculada à análise de situação permaneceu presente durante a primeira metade do século XX, mas acabou sendo progressivamente simplificada. A complexidade das análises que combinavam meios, atributos geodésicos e feixes relacionais em diferentes escalas foi, muitas vezes, substituída por procedimentos metodológicos padronizados.

Ainda assim, a noção de situação geográfica deixou como legado à Geografia a compreensão de que cabe ao geógrafo analisar os fenômenos observados em múltiplas escalas, considerando a rede de relações que conforma um todo coerente. Embora relativamente abandonada na primeira metade do século XX, essa noção ganha novos contornos a partir da década de 1980, em razão do avanço da globalização e da intensificação dos fluxos, que passaram a exigir novas interpretações sobre a posição dos lugares na dinâmica mundial (Cataia; Ribeiro, 2015).

Como exposto, a renovação conceitual da situação geográfica surge, inicialmente, com o propósito de interpretar o mundo contemporâneo. Contudo, mediante os ajustes metodológicos necessários, propõe-se aqui sua operacionalização para a leitura do “presente de então”. A discussão sobre a operacionalização da situação geográfica revela-se, assim, central aos objetivos do artigo, na medida em que essa categoria é mobilizada comonexo entre a interpretação dos usos do território e a empiricização do tempo. Ao adotá-la como artifício metodológico, desloca-se para o centro da análise a articulação entre as escalas do lugar, do país e do mundo.

Para esse fim, torna-se indispensável um esforço de seleção e hierarquização dos eventos que caracterizam determinada situação. “Nem todas as variáveis entram nesse jogo, nem todas ganham o mesmo valor na sua elaboração. Assim, a situação nasce, à luz de uma teoria, como um concreto pensado, capaz de incluir o chamado real num prévio sistema de ideias” (Silveira, 1999, p. 24). Ademais, a noção de situação geográfica estabelece diálogo direto com a identificação de períodos históricos, na medida em que combina, em um dado momento e subespaço, um feixe singular de variáveis (Cataia; Ribeiro, 2015).

É possível, ainda, relacionar o conceito de situação geográfica à noção de evento formulada por Santos (2006). Os eventos se geografizam no lugar como veículos de possibilidades existentes no mundo, enquanto a situação geográfica pressupõe simultaneamente uma materialidade — o sítio — e uma relação — a situação —, conduzindo a análise para além da simples descrição, em direção ao questionamento da própria “coisa”, incluindo o momento de sua construção (Silveira, 1999). O conjunto dos eventos e sua sinergia resultariam, assim, na constituição de uma situação geográfica.

Por essa razão, pode-se reconhecer em uma situação geográfica a presença de objetos técnicos, ações, normas, agentes, escalas, ideologias, discursos e imagens, que variam historicamente e de acordo com os lugares. Da combinação desses elementos emergem formas de vida concretas e, ao mesmo tempo, podem ser concebidas formas de vida possíveis (Silveira, 1999).

Do ponto de vista procedimental, o conceito de situação geográfica, conforme instrumentalizado por Silveira (1999), configura-se como uma construção histórica e concreta, funcionando como instrumento metodológico capaz de organizar de maneira lógica e coerente os conteúdos do espaço geográfico em cada momento. Para isso, torna-se necessário selecionar e hierarquizar as variáveis que respondam de forma significativa à estrutura do real em cada período.

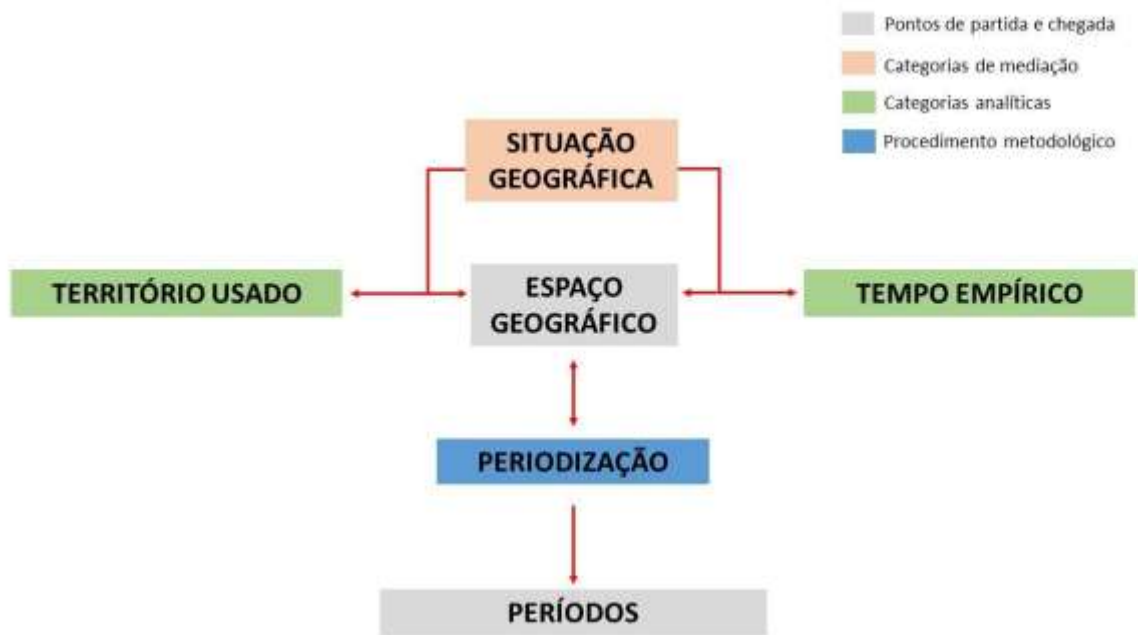
Além disso, a situação geográfica é compreendida como ponto de mediação entre o território usado — constituído por normas, técnicas e ações — e o tempo empírico, viabilizando uma leitura coerente dos períodos históricos. A Figura 1 ilustra a articulação entre as categorias discutidas anteriormente, destacando a definição de espaço-tempo como unidade conceitual de partida da análise.

O domínio do território usado ao longo da história exige o tratamento adequado do tempo, o que justifica a necessidade de construir o tempo empírico a partir da periodização. Embora os períodos sejam abstrações, sua concretude, na escala do lugar, manifesta-se de forma singular por meio de um feixe de eventos que se combinam e se materializam em ações e objetos, dando origem a situações geográficas específicas, compreendidas sempre em articulação com o todo.

Sob essa ótica, a situação geográfica configura-se como uma síntese: um olhar ampliado sobre o conjunto analisado e, simultaneamente, um olhar aprofundado que permite sua articulação com a totalidade (Silveira, 1999). Evidencia-se, assim, sua

coerência com os períodos delimitados, afirmando-se como ferramenta metodológica capaz de compreender os usos “locais” do território em conexão com a multiescalaridade dos fenômenos estudados. Ainda que específica, a situação geográfica encontra-se articulada a um todo coerente, passível de ser apreendido a partir de diferentes perspectivas analíticas.

Figura 1 - Procedimentos de método na Geografia Histórica



Fonte: elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo buscou evidenciar a relevância da articulação entre as categorias de território usado e situação geográfica para o avanço teórico da Geografia Histórica. Ao tratar essas noções como instrumentos analíticos complementares, foi possível destacar sua capacidade de apreender o espaço geográfico como produto histórico, resultante de usos socialmente construídos e de condições específicas que lhes conferem sentido.

O território usado revelou-se uma categoria fundamental para compreender a materialidade herdada do passado, bem como as marcas deixadas pelas ações sociais ao longo do tempo. Ao enfatizar os usos do território, essa noção permite superar visões estáticas ou meramente formais do espaço, evidenciando a coexistência de diferentes tempos e racionalidades. Para a Geografia Histórica, tal

perspectiva é particularmente relevante, pois possibilita analisar o território como expressão de continuidades e transformações inscritas na longa duração. A situação geográfica, por sua vez, contribui para a compreensão das condições históricas que tornam determinados usos do território possíveis ou hegemônicos em dado momento.

Ao considerar a posição relativa dos lugares no interior de totalidades mais amplas, essa categoria permite relacionar os processos locais às dinâmicas globais, sem reduzir uns aos outros. Trata-se de uma noção que reforça a dimensão relacional do espaço, elemento central para a análise geográfica em perspectiva histórica.

O entrelaçamento dessas categorias oferece à Geografia Histórica um caminho analítico capaz de articular diferentes escalas e temporalidades, evitando tanto o determinismo estrutural quanto o particularismo descritivo. Ao pensar o território como uso historicamente situado, abre-se a possibilidade de compreender o espaço como processo, no qual ações, objetos e normas se combinam de maneira desigual e mutável.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o artigo procurou demonstrar que a Geografia Histórica se consolida como campo de investigação quando se apoia em categorias que reconhecem a historicidade do espaço sem dissociá-la das condições concretas de sua produção. A articulação entre território usado e situação geográfica, nesse sentido, não constitui apenas um recurso conceitual, mas um aporte teórico capaz de orientar investigações comprometidas com a compreensão crítica do espaço ao longo do tempo.

Por fim, ao entrelaçar as contribuições dos autores mobilizados no texto, reafirma-se que os caminhos de pesquisa na Geografia Histórica passam, necessariamente, pela construção de categorias analíticas sensíveis às múltiplas temporalidades do território. É nesse diálogo entre teoria, tempo e espaço que a Geografia Histórica encontra seu potencial explicativo e sua relevância para a interpretação das dinâmicas espaciais passadas e presentes.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Construindo uma Geografia do passado**: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. Congresso Portugal-Brasil, Lisboa, 2000.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Território**, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998. Disponível em:

<https://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2026.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Questões teóricas e tendências da Geografia Histórica. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13830>. Acesso em: 26 jan. 2026.

CATAIA, Márcio Antonio; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em geografia. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)**, v. 11, n. 15, p. 9-30, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6445>. Acesso em: 26 jan. 2026.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Tradução de Margareth de Castro Afeche Pimenta; Joana Afeche Pimenta. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e tempo – um tributo a Mauricio Abreu. **Cidades**, v. 8, n. 14, p. 597-607, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12610>. Acesso em: 26 jan. 2026.

MAIA, Doralice Sátyro. Geografia Histórica das práticas culturais no espaço urbano: a feira de gado nas cidades do interior do território brasileiro. In: OLIVEIRA, José Godinho de et al. **Geografia Urbana: Ciência e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Espaço e Território – organização, ordenamento e uso: notas teórico-epistemológicas. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/58066>. Acesso em: 26 jan. 2026.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reflexões sobre a contribuição da geografia histórica e da Geohistória na renovação dos pensamentos geográfico e histórico no século XX. In: **Anais do I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico**. Uberlândia, 2007.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografia Histórica: notas sobre a metodologia. **Terra Brasilis** [Online], 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4578>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed., 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis** (Nova Série), v. 1, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/246>. Acesso em: 26 jan. 2026.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território**, ano IV, n. 6, p. 21-28, 1999.

SILVEIRA, María Laura. *Globalización y territorio usado: imperativos y solidariedades*. **Cuadernos del Cendes** [online], v. 25, n. 69, 2008. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S1012-25082008000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 04 ago. 2022.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A Geografia Histórica no contexto da História do Pensamento Geográfico e suas relações com as ciências sociais humanas. **Geografares**, n. 23, p. 36-50, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/8591>. Acesso em: 26 jan. 2026.